

MAPEAMENTOS E PESQUISAS NO ÂMBITO DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS DE BELO HORIZONTE

Caroline Craveiro ¹

No campo das políticas públicas, mapeamentos e pesquisas são duas fontes fundamentais de informações para a apreensão e compreensão de elementos, atributos e dinâmicas de diversas e complexas realidades existentes no território de atuação destas políticas. No caso das políticas culturais, um dos grandes desafios da gestão é o de definir e consolidar metodologias para produzir dados, mapear, analisar e sintetizar informações e indicadores culturais que alcancem a diversidade e complexidade do campo cultural.

A fim de superar esse desafio, a política nacional de cultura, desenhada ao longo de anos, em diálogo com a sociedade civil e movimentos culturais, e estruturada como Sistema Nacional de Cultura- SNC, no artigo 216-A da Constituição Federal, dispõe a criação de sistemas de informações e indicadores culturais no âmbito da União, dos estados e municípios. O Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC, criado pela lei 12.343/2010, tem como objetivo produzir, sistematizar e difundir dados abertos, informações georreferenciadas, estatísticas, indicadores, estudos e pesquisas sobre o campo cultural brasileiro. A partir do SNC e do SNIIC, os municípios buscaram referência para seus sistemas municipais de cultura que dispõem sobre os sistemas municipais de informações e indicadores culturais.

Em Belo Horizonte, mapeamentos e pesquisas são ações previstas no Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais de Belo Horizonte - SMIIC, criado pela lei 10.901/2016 que instituiu o Sistema Municipal de Cultura de Belo Horizonte - SMC e também previstas no Plano Municipal de Cultura - PMC (lei 10.853/2015), instrumento de gestão, decenal, orientador de políticas culturais do município. O

¹ Geógrafa. Mestra em Geografia e especialista em Administração Pública e em Estudos Ambientais. Servidora efetiva da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte. Atualmente integra a equipe da Gerência de Planejamento e Monitoramento de Indicadores Culturais da Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte.

conhecimento sobre os contextos, aspectos e práticas culturais e artísticas do município é pautado pela narrativa destes documentos como fundamental para a formulação de políticas públicas de cultura e para o monitoramento e avaliação das políticas em execução. No entanto, é preciso estruturar, institucionalmente, mecanismos e definir instrumentos e ferramentas que viabilizem a realização de pesquisas e mapeamentos culturais no âmbito da gestão pública de cultura.

Belo Horizonte, desde a década de 1990, já buscava desenvolver esta estrutura institucional com constituição de um setor voltado para a informação cultural e a realização de pesquisas, a exemplo do *1º Diagnóstico da Área Cultural de Belo Horizonte*, realizado em 1994 (LIBÂNIO, 2013). Também foi desenvolvida durante os anos 90, a plataforma de banco de dados que é, até hoje, o repositório dos registros das atividades realizadas pelos teatros, museus, centros culturais, lei de incentivo e demais projetos públicos municipais (TAVARES, 2008). Estas iniciativas, ainda que remotas, resistem, reverberam e reforçam a necessidade da constituição de bases e sistemas de informações qualificadas e contínuas sobre a cultura do município.

A partir da adesão de Belo Horizonte, em 2002, ao Sistema Nacional de Cultura e das proposições de cinco conferências municipais de cultura (2005, 2009, duas em 2013, 2015), além da criação do Conselho Municipal de Política Cultural (lei 9.577/2008) e do comprometimento do órgão gestor, foi possível estruturar a implantação do Sistema Municipal de Cultura de Belo Horizonte e de seus elementos, dentre os quais o SMIIC. Ressalta-se que esta estruturação é algo processual e requer a superação contínua dos desafios e limites dos cenários da gestão pública brasileira.

É, portanto, neste contexto, que a demanda por pesquisas e mapeamentos para a área da cultura se reforça no âmbito institucional da política municipal de Belo Horizonte e coloca-se como mais um ponto de pauta na agenda pública municipal.

O desenvolvimento de pesquisas e mapeamentos na área cultural possibilita o reconhecimento de sujeitos, aspectos, contextos, dinâmicas, fluxos da produção, fruição e vivências artístico-culturais. A abrangência e complexidade do campo cultural, inclusive, já são vastamente abordadas por pesquisas e mapeamentos das mais variadas áreas do conhecimento e das ciências. É expressiva a produção acadêmica relacionada a contextos culturais e artísticos de Belo Horizonte, desenvolvida pelas diferentes

instituições de ensino e pesquisa do município e de outras localidades. São pesquisas de diversas abordagens conceituais e metodológicas e que revelam a infinidade de temas possíveis no campo cultural. (CRAVEIRO, 2017).

No entanto, para a estruturação do SMIIC, faz-se necessário estabelecer diretrizes e mecanismos de fomento para pesquisas e mapeamentos vinculados às pautas da política pública de Cultura, considerando-a como pilar de desenvolvimento humano e sustentável e em suas dimensões simbólica, cidadã e econômica. O desenvolvimento de pesquisas e mapeamentos no âmbito da gestão pública, seja em interlocução com instituições parceiras (universidades por exemplo), seja em ação intersetorial com outras políticas públicas (turismo, educação, meio ambiente, etc.), requer o estabelecimento de instrumentos diversos de gestão, tecnológicos, de pessoal e a garantia de continuidade de investimentos para desenvolvimento e manutenção dos conteúdos e suportes técnico-operacionais. Mais do que se estruturar projetos eventuais de pesquisa e mapeamentos, é preciso estruturar o SMIIC e a gestão da informação no âmbito da política cultural.

A Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte já realiza pesquisas e mapeamentos específicos no âmbito de suas unidades, para o desenvolvimento de projetos e processos técnicos específicos, como nas áreas de Patrimônio Cultural, Arquivo Público e Museus, por exemplo. A produção de informações é significativa também no cerne de diferentes projetos de criação e produção artística, tais como nos festivais e ações de formação. Além disso, um vasto conjunto de dados é produzido, cotidianamente, a partir dos registros das atividades e serviços realizados pelas unidades sob gestão municipal bem como nos processos administrativos de mecanismos de fomento e incentivo à cultura.

Na escala estadual e nacional, outros exemplos que integram o SMIIC são ações setoriais e específicas para determinados projetos e uma produção significativa de pesquisas e mapeamentos realizados no âmbito das instituições de patrimônio cultural (IPHAN, IEPHA), museus e arquivos públicos (IBRAM, museus locais), audiovisual (ANCINE) e de instituições voltadas para as políticas culturais (Fundação Casa de Rui Barbosa, Cetic.br, observatórios, universidades, etc.).

Essas ações buscam suprir a necessidade apontada por SOUZA (2003), na área cultural, de se identificar vocações e demandas locais num processo contínuo de

mapeamento, o que requer ampliação e qualificação de recursos humanos e financeiros e tempo para maturação das políticas. Cabe lembrar que todos esses processos devem pressupor a inclusão dos agentes culturais, dos cidadãos e usuários das políticas culturais, fortalecendo os processos participativos (FARIA, 2010).

Um exemplo da necessidade de investimento e tempo para maturação de políticas públicas é a ação de implantação dos *Mapas Culturais*, empreendida pelo então Ministério da Cultura, em 2015, em parceria com o Instituto TIM que resultou, na implantação de dezenas de plataformas *online*, geocolaborativas, em municípios e estados brasileiros, incluindo, Belo Horizonte em 2016 (CRAVEIRO, 2017). Esta política voltada para cumprir uma das metas de mapeamento descritas no Plano Nacional de Cultura (lei 12.343/2010), requer um cenário de gestão que possibilite sua consolidação e fortalecimento. Há que se dizer que assim como esta, tantas outras políticas culturais tornam-se natimortas se não houver investimento de tempo, recursos financeiro e humano e o pressuposto de continuidade, com monitoramento e avaliação. Outros exemplos são pesquisas específicas e o estabelecimento de convênios entre o MINC e o IBGE para produção de dados da área da cultura. Tais conveniamentos tornam-se dependentes do interesse do gestor e não se constituem como instrumentos de uma política permanente para o setor.

Como aponta CALABRE (2007), *qualquer processo de gestão requer diretrizes, planejamento, execução e avaliação de resultados*. Desta forma, é necessário estabelecer diretrizes para que o SMIIC de Belo Horizonte possibilite a ampliação da realização de pesquisas e mapeamentos, reconhecendo essas ações fundamentais para o desenvolvimento de diagnósticos e avaliações focadas em conjunto de informações e indicadores culturais que permitam leitura local e comparabilidade regional, nacional e global. Também devem ser consideradas referências internacionais de metodologias para o desenvolvimento de pesquisas e mapeamentos e para o estabelecimento de indicadores (da UNESCO, por exemplo).

Ainda segundo CALABRE (2008):

Outra questão prioritária é a da gestão da informação. A elaboração de políticas requer conhecimento sobre o tema. O planejamento demanda a existência de um mínimo de dados.

Para que o órgão gestor municipal supere o longo período de ações descontinuadas relativas a pesquisas e mapeamentos, são necessárias competências institucionais de gestão da informação, com capacidades tecnológicas, de articulação e comunicação, além da superação da cultura institucional de desvalorização de dados e informações e da ausência em investimentos efetivos em Tecnologia da Informação (TI).

A temática *Mapeamento culturais e pesquisas no âmbito do SMIIC de Belo Horizonte* requer o reconhecimento de que é necessário trabalhar em equipes multidisciplinares, em diálogo com outros órgãos da prefeitura e outras instituições de pesquisa, lançando mão de diferentes abordagens teórico-metodológicas e de diferentes tecnologias. Reconhecer as diversas possibilidades de pesquisa e mapeamento a partir dos diferentes objetivos das várias linhas das políticas públicas de cultura é um pressuposto crucial para abarcar a cultura nas dimensões simbólica, cidadã e econômica. Considera-se importante a concepção de mapeamentos culturais como processos/produtos da relação dinâmica e múltipla entre espaço e cultura (SEEMANN, 2001), na busca de superar cartografias uníssonas e estatísticas frias. Assim, espera-se que a Cultura seja considerada em sua complexidade seja numa pesquisa de público de um festival, numa pesquisa para o dossiê de uma manifestação tradicional, num levantamento sobre a cadeia produtiva da área de música, num mapeamento participativo com jovens de uma área vulnerável ou ainda num mapa de cobertura de serviços culturais por regional.

A implantação do SMIIC, por fim, pressupõe a definição de um conjunto de informações e indicadores para monitorar e avaliar as políticas culturais do município o que fará com que, cada segmento do campo cultural, se debruce sobre seus conteúdos, atributos, dinâmicas e elementos a fim de definir e descrever os indicadores que lhes dão visibilidade, abrangência, consolidação, fortalecimento, diversidade, efetividade e aqueles que os fragilizam, degradam ou ameaçam. Os sistemas de informações e indicadores culturais só farão sentido se foram construídos a partir do conhecimento

desses segmentos do campo cultural e, para a produção desse conhecimento, serão essenciais as ações de mapeamentos e pesquisas culturais.

REFERÊNCIAS

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. *Plano Municipal de Cultura de Belo Horizonte* - Lei nº 10.854 de 16 de outubro de 2015

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. *Sistema Municipal de Cultura* - Lei nº 10.901 de 11 de janeiro de 2016

BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL

BRASIL, MINISTÉRIO DA CULTURA. *Guia de Orientações para os Municípios Sistema Nacional de Cultura*, 2012

BRASIL, PLANO NACIONAL DE CULTURA - lei 12.343/2010

CRAVEIRO, Caroline. *Mapa Cultural BH - O Uso da Geocolaboração como instrumento de Gestão Pública de Cultura*. In. Anais do VIII Seminário Internacional Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa, p. 1155-1163, 2017. file:///C:/Users/fc000236/Desktop/Anais_VIII_Seminario_Internacional_de_Po.pdf

FARIA, Hamilton. *Conselhos Municipais de Cultura: Cultura Participativa e Cidadania Cultural*. In. Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura / Albino Rubim, Taiane Fernandes & Iuri Rubim, organizadores ; apresentação Albino Canelas Rubim. - Salvador :edufba,2010.400p.il.-(Coleçãocult)-

https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2802/1/colecao%20cult_8_RI.pdf

http://www.conselhosdecultura.ufba.br/pdf/Hamilton%20Faria%20-%20conselhos_municipais.pdf

LIBÂNIO, Clarice de Assis. Mapeamento Cultural: política pública e convivência social. Caderno da 3ª Conferência Municipal de Cultura de Belo Horizonte, FMC, 2013.

SOUZA, Valmir de. Mapear a Cultura Local. In Dicas do Instituto Polis - ideias para a Ação Municipal, n.201, 2003

TAVARES, Mônica Pereira Lima. A democratização do acesso à informação cultural por meio da tecnologia. In Releitura, Belo Horizonte, n.23, novembro, 2008 - p,66-72

CALABRE, LIA. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil.

http://www.guiacultural.unicamp.br/sites/default/files/calabre_1_politicas_culturais_no_brasil_balanco_e_perspectivas.pdf